



São Paulo, 28 de agosto de 2026.

Carta de apresentação das Demonstrações Financeiras

Em consonância com regras estabelecidas na Resolução BCB nº 2/2020, a Instituição disponibiliza por meio deste arquivo as Demonstrações Financeiras individuais do Banco Volkswagen S.A., para o semestre findo em 30 de junho de 2026.

As demonstrações e documentos apresentados são:

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras;
- Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria;
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;

Essas Demonstrações Financeiras individuais foram aprovadas pela Diretoria em 28 de agosto de 2026 e originalmente divulgadas no sítio eletrônico da Instituição (<https://www.vwfs.com.br/volkswagen-financial-services/relacionamento-investidor/demonstracoes-financeiras>) em 31 de agosto de 2026.

A Administração declara-se responsável pelas Demonstrações e documentos contidos no arquivo.

MARIANA PAMPLONA PASCHOAL
Diretora - CFO

LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
Presidente - Comitê de auditoria

LEONARDO BUCSAN EMRICH
Contador - CRC MG-088837/O-0 T-SP

Demonstrações Financeiras

Banco Volkswagen S.A.

30 de Junho de 2026

com Relatório do Auditor Independente



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, demonstração do resultado abrangente e dos fluxos de caixa correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

A Administração manteve o acompanhamento permanente dos indicadores macroeconômicos e dos riscos financeiros, preservando níveis adequados de liquidez, capital e provisões compatíveis com o perfil de riscos da Instituição, estratégia adotada que permitiu enfrentar as oscilações do ambiente econômico sem comprometer a solidez financeira.

Apesar do cenário macroeconômico acima descrito, o mercado automotivo manteve sua trajetória de desenvolvimento, bem como o fortalecimento da parceria entre as montadoras Volkswagen do Brasil, Audi Brasil, Ducati do Brasil e Porsche Brasil, e suas respectivas redes de concessionárias.

Neste contexto, o Banco Volkswagen seguiu ofertando serviços financeiros, que aproximam os clientes finais com os produtos ofertados pelas montadoras do Grupo através das redes de concessionárias. O total de ativos ficou em R\$ 61,2 bilhões, com operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos representando R\$ 54,0 bilhões.

DESTAQUES DO SEMESTRE

- Continuamos sendo o maior banco de montadora no Brasil, 16º colocado entre as instituições financeiras privadas e 22ª posição entre os bancos do país, segundo o critério de total de ativos, conforme dados do BACEN.
- O Banco Volkswagen ficou no 1º Lugar entre as melhores Instituições Financeiras médias para trabalhar (GPTW).
- A instituição possui 51% das posições ocupadas por mulheres, sendo 42% na liderança executiva.
- Realizamos a oferta pública da 16ª Letra Financeira no valor de R\$ 1 bilhão (demanda de 3,46x o Book), distribuída em três séries de 2 e 3 anos e subordinada de 10 anos.
- Lançamos a 2ª emissão de cotas em nosso 6º programa de FIDC - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios no formato '*amortizing* ou *term loan*'. O fundo alcançou um patrimônio líquido total de R\$ 2,2 bilhões, sendo R\$ 2 bilhões em cotas sêniores e R\$ 248 milhões em cotas subordinadas, estas últimas integralizadas pelo Banco Volkswagen S.A, originador da carteira. A operação tem prazo de cinco anos e remuneração de CDI + 0,65%.
- Elaboração do 2º Relatório Anual com indicadores ESG disponível em linguagem/design universal, trabalho desenvolvido em conjunto com início de uma Estratégia de Descarbonização audaciosa até 2030.
- Mantivemos o maior nível de rating de créditos corporativos em escala nacional com 2 agências: brAAA/Estável pela S&P Global e AAA.br pela Moody's.
- Aferimos Índice de Basileia de 12,67% em 30 de junho de 2026. Realizamos aumento de capital no montante de R\$ 100 (cem milhões) aprovado pelo BACEN em 07 de agosto de 2026. Considerando esse aumento de capital, o índice de Basileia em 30 de junho de 2026, subiria para 12,88%.



OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As políticas de crédito do Banco Volkswagen valorizam a manutenção da qualidade de ativos nos diversos contextos econômicos.

Suas operações de crédito (arrendamento mercantil e demais instrumentos com risco de crédito) concentraram 92% de sua carteira em crédito adimplidos em 2026.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Gestão colegiada

O Banco Volkswagen está alinhado às práticas de governança corporativa e, no seu modelo de processo decisório, possui comitês de gestão que deliberam de forma colegiada sobre os assuntos relevantes, cabendo ao Comitê Executivo assegurar a implementação e o cumprimento das diretrizes estratégicas.

Ademais conforme as melhores práticas de mercado, o Comitê de Auditoria é independente, formado por dois membros externos e um interno, O Comitê de Auditoria supervisiona os trabalhos de auditoria interna e independente e o processo de preparação das demonstrações financeiras, em atendimento à Resolução nº 4.910/21.

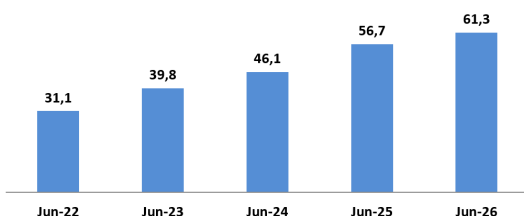
Compromisso com as regulamentações do setor

Como instituição financeira constituída no Brasil, as operações do Banco Volkswagen estão em conformidade com os preceitos obrigatórios emanados pelas autoridades regulatórias brasileiras.

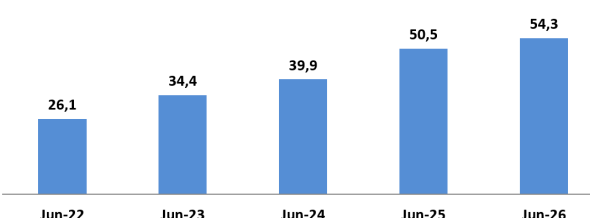
PRINCIPAIS DADOS

Abaixo, apresentamos sumário dos principais dados históricos do Banco Volkswagen.

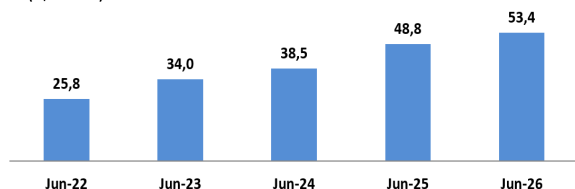
TOTAL DE ATIVOS
(R\$ bilhões)



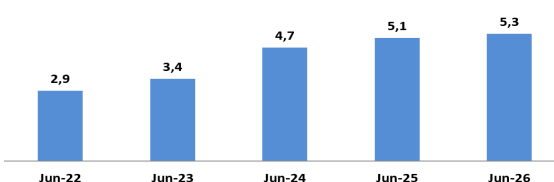
OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL
(R\$ bilhões)



CAPTAÇÃO
(R\$ bilhões)



PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(R\$ bilhões)



Banco Volkswagen S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2026

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial 5

Demonstração do resultado 7

Demonstração do resultado abrangente 8

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 9

Demonstração do fluxo de caixa 10

Notas explicativas às demonstrações financeiras 11

Resumo do relatório do comitê de auditoria 48

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco Volkswagen S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Instrumentos financeiros associados ao risco de crédito e Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, em 30 de junho de 2026, a carteira de operações de crédito era de R\$ 53.972.655 mil, com respectiva provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 3.627.075 levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, bem como adota modelo interno de provisionamento de risco baseado em várias premissas e fatores internos e externos, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração dos referidos instrumentos financeiros.

Consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dessas operações em relação ao total de ativos do Banco, a complexidade na gestão da carteira em função do elevado volume de transações e a exposição ao risco de crédito, consideramos a carteira de operações de crédito e a perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nosso exame de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pelo Banco, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de risco por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram, entre outros: (i) análise de contratos e liquidações (ii) a confirmação da existência das operações por meio de circularização, (iii) recálculo do saldo em aberto na data-base (iv) entendimentos dos parâmetros de cálculo da Perda Esperada, como probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, expectativa de recuperação do instrumento financeiro, cálculo de valor presente, saldo contábil, fator de conversão de crédito e taxa de juros efetiva, desenvolvidos pelo Banco relacionados ao modelo de premissas adotadas pela Diretoria para o provisionamento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito e testes de sua efetividade; (v) análise das classificações de estágio, ativo problemático, grupos homogêneos, carteiras, definições de renegociação e reestruturação; (vi) garantias e monitoramento das transações renegociadas feitas pela Diretoria; (vii) análise da avaliação econômica e financeira realizada pelo Banco no momento de classificação de nível de risco das contrapartes, por meio de uma amostra selecionada para teste; (viii) recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21; (ix) reconciliação dos registros contábeis com os controles analíticos; e (x) análise das divulgações relacionadas ao tema nas demonstrações financeiras realizadas pela Diretoria do Banco.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação do Banco, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa nº5 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

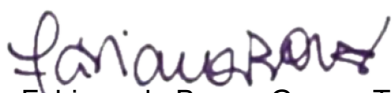
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S. Ltda.
CRC SP-034519/O



Fabiana de Barros Gomes Turri de Genaro
CRC-SP241544/O

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2026
 Em milhares de reais

ATIVO	Nota Explicativa	30.06.2026	31.12.2025
		<u>33.217.995</u>	<u>31.624.212</u>
CIRCULANTE			
Disponibilidades	3	33	546.384
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado		983.257	603.199
Instrumentos financeiros derivativos	4	163.330	172.533
Títulos e valores mobiliários	5	819.927	430.666
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		31.452.994	30.000.889
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3	3.754.926	3.556.233
Relações interfinanceiras	3	606.625	528.102
Operações de crédito	5	22.299.778	21.558.412
Títulos e créditos a receber	5	4.791.665	4.358.142
Operações de arrendamento mercantil	5 III (d)	44.880	23.632
Arrendamentos financeiros		44.880	23.632
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5 III (f)	(808.897)	(687.313)
Operações de crédito		(804.272)	(682.274)
Operações de arrendamento mercantil		(576)	(495)
Outros créditos		(4.049)	(4.544)
Outros ativos	6	1.545.728	1.137.421
NÃO CIRCULANTE		28.078.387	27.746.513
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado		218.496	123.617
Instrumentos financeiros derivativos	4	218.496	123.617
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		26.789.029	25.916.980
Operações de crédito	5 III	26.789.029	25.916.980
Operações de arrendamento mercantil	5 III (d)	47.303	25.193
Arrendamentos financeiros		47.303	25.193
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5 III (f)	(2.818.178)	(2.073.071)
Operações de crédito		(2.817.831)	(2.072.707)
Operações de arrendamento mercantil		(347)	(364)
Ativos fiscais diferidos	19 (a)	1.695.628	1.698.762
Outros ativos	6	1.388.384	1.342.459
Investimentos em participações em controladas	7	687.591	653.215
Imobilizado de uso	8	31.433	30.087
Intangível	9	135.376	120.029
Depreciações e amortizações		(96.675)	(90.758)
Imobilizado de uso	8	(24.311)	(23.030)
Intangível	9	(72.364)	(67.728)
TOTAL DO ATIVO		61.296.382	59.370.725

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2026
 Em milhares de reais

	Nota Explicativa	30.06.2026	31.12.2025
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE		35.229.705	35.819.048
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado		322.451	160.701
Instrumentos financeiros derivativos	4	322.451	160.701
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		34.207.414	35.039.593
Recursos de instituição financeira	10	10.666.379	9.414.797
Recursos de clientes	11	14.939.202	17.273.358
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	5.660.081	6.157.736
Dívidas subordinadas	13	1.152.961	1.307.953
Outros passivos financeiros	5 III (e)	1.788.791	885.749
Outros passivos	16	699.840	618.754
NÃO CIRCULANTE		20.715.543	18.286.307
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado		26.713	62.009
Instrumentos financeiros derivativos	4	26.713	62.009
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		19.226.125	16.752.874
Recursos de instituição financeira	10	2.207.241	2.047.382
Recursos de clientes	11	4.505.044	4.395.277
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	9.912.444	8.708.106
Dívidas subordinadas	13	732.064	665.666
Outros passivos financeiros	5 III (e)	1.869.332	936.443
Provisões	14	1.120.584	1.076.652
Outras provisões		1.120.584	1.076.652
Passivos fiscais diferidos	19 (b)	199.815	146.730
Outros passivos	16	142.306	248.042
Patrimônio líquido	17	5.351.134	5.265.370
Capital social		4.048.971	3.948.971
Reservas de lucros		1.341.531	1.341.531
Outros resultados abrangentes		76.832	(25.132)
Prejuízos acumulados		(116.200)	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		61.296.382	59.370.725

Banco Volkswagen S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 30 DE JUNHO DE 2026
Em milhares de reais

	Nota	Acumulado	Acumulado
	Explicativa	30.06.2026	30.06.2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	22 (c)	5.061.820	4.413.625
Operações de crédito		4.473.222	4.030.191
Operações de arrendamento mercantil		7.060	4.290
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		258.304	149.174
Operações de venda de ativos financeiros		323.234	229.970
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	22 (c)	(3.352.258)	(2.809.418)
Operações de captação no mercado		(3.013.190)	(2.721.531)
Operações de empréstimos e repasses		38.438	115.772
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	4	(125.677)	(196.165)
Operações de venda de ativos financeiros		(251.829)	(7.494)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.709.562	1.604.207
REVERSÕES (DESPESAS) DE PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	5 III (f)	(921.722)	(707.925)
Operações de crédito		(921.982)	(721.777)
Operações de arrendamento mercantil		(64)	(750)
Outros créditos		495	15.017
Outros instrumentos financeiros		(171)	(415)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		787.840	896.282
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(859.218)	(449.320)
Rendas de tarifas bancárias	22 (h)	1.147	3.224
Despesas de pessoal		(4.385)	(3.380)
Outras despesas administrativas	22 (d)	(348.212)	(282.822)
Despesas tributárias		(72.154)	(68.411)
Resultado de participação em controlada	7	34.376	30.656
Outras receitas operacionais	22 (e)	190.871	369.977
Outras despesas operacionais	22 (f)	(660.861)	(498.564)
REVERSÕES (DESPESAS) DE PROVISÕES		(65.207)	(19.487)
Fiscais		(39.376)	(19.177)
Cíveis		(24.723)	1.916
Trabalhistas		(1.108)	(2.226)
RESULTADO OPERACIONAL		(136.585)	427.475
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		(136.585)	427.475
Imposto de renda	19 (c)	11.327	(113.344)
Contribuição social	19 (c)	9.058	(90.696)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO		(116.200)	223.435
Lucro/(Prejuízo) por ação do capital social no fim do período - R\$	18	(0,37)	0,71

Banco Volkswagen S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 30 DE JUNHO DE 2026
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Acumulado 30.06.2026	Acumulado 30.06.2025
Lucro/(Prejuízo) líquido do semestre		(116.200)	223.435
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	4	101.964	(179.849)
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa		185.521	(324.845)
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa – efeitos tributários		(83.557)	144.996
Total do resultado abrangente		(14.236)	43.586
Atribuível a:			
Acionistas da Instituição		(14.236)	43.586
Participação dos não controladores		-	-

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO DE 2026

Em milhares de reais

	Capital social realizado	Reserva de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/(Prejuízo) acumulados	Total
		Subvenção de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva especial de lucros			
Em 31 de dezembro de 2024	3.650.746	18.515	279.875	932.565	221.475	-	5.103.176
Ajuste inicial na adoção da Resolução 4.966/21	-	-	-	-	-	(52.386)	(52.386)
Em 1º de janeiro de 2025	3.650.746	18.515	279.875	932.565	221.475	(52.386)	5.050.790
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 4)	-	-	-	-	(179.849)	-	(179.849)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	223.435	223.435
Destinações:							
Reserva legal	-	-	11.172	-	-	(11.172)	-
Em 30 de junho de 2025	3.650.746	18.515	291.047	932.565	41.626	159.877	5.094.376
Em 31 de dezembro de 2025	3.948.971	18.515	308.443	1.014.573	(25.132)	-	5.265.370
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	101.964	-	101.964
Aumento de Capital (AGE 24/06/2026)	100.000	-	-	-	-	-	100.000
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-	(116.200)	(116.200)
Em 30 de junho de 2026	4.048.971	18.515	308.443	1.014.573	76.832	(116.200)	5.351.134

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 30 DE JUNHO DE 2026
Em milhares de reais

	Nota	30.06.2026	30.06.2025
Explicativa			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro / (Prejuízo) líquido do semestre		(116.200)	223.435
Ajustes ao lucro líquido:			
Depreciações e amortizações	22 (d)	5.917	5.449
Resultado na baixa no imobilizado de uso	8	4	-
Resultado de participação em controlada	7	(34.376)	(30.656)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		921.722	707.925
Juros de operações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital		98.783	87.570
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	4	125.677	196.165
Resultado de obrigações por empréstimos no exterior		(38.438)	(153.662)
Despesas/(reversões) para outros passivos e ativos	22 (e/f)	(1.007)	635
Despesas/(reversões) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	15 (b)	65.207	19.487
Tributos diferidos		79.135	167.750
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE		1.106.424	1.224.098
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(250.939)	420.749
Redução (aumento) em operações de crédito e de arrendamento mercantil		(1.711.805)	(3.770.825)
Redução (aumento) em outros ativos		(947.974)	(354.259)
VARIAÇÃO DE ATIVOS		(2.910.718)	(3.704.335)
Aumento (redução) em depósitos e demais passivos financeiros		(391.565)	2.560.848
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos		202.480	712.018
Aumento (redução) em outros passivos		1.181.328	(521.605)
VARIAÇÃO DE PASSIVOS		992.243	2.751.261
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(812.051)	271.024
Aquisição de imobilizado de uso	8	(1.350)	(73)
Aquisição de intangível	9	(15.347)	(4.955)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(16.697)	(5.028)
Redução em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital		459.613	344.507
Aumento de Capital	17	100.000	-
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		559.613	344.507
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(269.135)	610.503
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		4.630.719	2.523.004
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	3	4.361.584	3.133.507
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(269.135)	610.503

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Volkswagen S.A. ("Instituição") está autorizado a operar com as carteiras, de crédito e de arrendamento mercantil, de investimento e financiamento e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda., Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda e a Porsche Brasil Importadora de Veículos Ltda. As operações da Instituição são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas ligadas no Brasil que atuam junto à Volkswagen do Brasil, Audi Brasil, Ducati do Brasil e Porsche Brasil.

A Instituição é participante do SPB - Sistema de Pagamentos Brasileiro, sob código da instituição financeira 393 - Banco Volkswagen, com conta reserva própria no BACEN.

A Instituição é uma sociedade anônima com sede em São Paulo – SP na Rua Volkswagen, 291 e sua controladora final é a Volkswagen AG, localizada na cidade de Wolfsburg, na Alemanha.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 28 de agosto de 2026.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais da Instituição, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e que incluem os requisitos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07) e da Lei nº 6.385/76, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Informamos que alguns números inclusos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento, que atendem as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, sem implicar em distorção nas informações prestadas.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas das Resoluções do CMN nº 4.720/19, 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20, foram incluídas na demonstração contábil da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer convergência com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas contábeis internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*).

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Instituição incluem, portanto, estimativas referentes ao valor justo dos instrumentos financeiros, provisões para créditos de liquidação duvidosa, para contingências, para imposto de renda ativo e passivo entre outras. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Adoção de novas normas

As normas e interpretações relacionadas abaixo, aplicáveis a Instituição, entraram em vigor a partir do ano de 2025.

I - Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas (*Hedge Accounting* e Renegociação e Reestruturação)

1) Efeitos da incorporação da taxa de juros efetiva

Com a incorporação da Taxa de Juros Efetiva, os instrumentos financeiros inicialmente reconhecidos na categoria Custo Amortizado passou a ter seu valor ajustado com base nos custos de transação atribuíveis individualmente à operação e nos valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento, de acordo com os Arts. 12, 13 e 15 da resolução CMN nº 4.966/21. Dessa forma, as operações de crédito passaram a ter os custos de transação e valores recebidos diferidos durante a vida contratual dos instrumentos pela metodologia diferenciada linear.

2) Efeitos da adoção do modelo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito (anteriormente "Provisão para devedores duvidosos")

A provisão para perdas em operações de crédito e outras operações com característica de concessão de crédito era constituída a partir de modelos internos de risco que classificavam as operações de acordo com os *ratings* previstos

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2026
Em milhares de reais**

na Resolução CMN nº 2.682/99. Para a provisão de perdas, a Resolução CMN nº 2.682/99 dispunha sobre o modelo de perdas incorridas que eram reconhecidas apenas quando havia evidência objetiva de que uma perda havia ocorrido. Isso significava que as provisões para perdas eram feitas apenas após a identificação de um evento de perda, ou seja, evento passado. Com a introdução da Resolução CMN nº 4.966/21, foi adotado o modelo de perdas esperadas, por meio do qual a Instituição passa a reconhecer as perdas esperadas desde o momento do reconhecimento inicial da operação, considerando-se efeitos do passado, a situação presente e *forward looking*. Sob a luz da Resolução CMN nº 2.682/99, a soma total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito era de R\$ 1.731.471, já após a adoção do modelo de perdas esperadas, adotado em 01.01.2025, esse saldo passou a ser de R\$ 1.832.973, causando um impacto negativo de R\$ 101.502 (Sendo R\$ 55.826 líquido de efeitos tributários).

3) Efeitos e Definição de Ativo Problemático e *Stop Accrual*

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Com a nova definição, houve um impacto na transição registrado em 1º de janeiro de 2025 de R\$ 5.178 no resultado, uma vez que na entrada em vigor da norma, esses contratos apresentaram atraso superior a 60 dias e menor que 91 dias, não recebendo a indicação de ativo problemático.

4) Efeitos no Patrimônio Líquido

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, a Instituição efetuou os cálculos dos efeitos da transição. Esse impacto monta a R\$ 52.386 valor registrado em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, líquido dos efeitos fiscais de acordo com o artigo 70 parágrafo único.

	Impacto líquido dos efeitos Fiscais (iv)
Patrimônio Líquido 31/12/2024	5.103.176
Provisão para Perdas Esperadas Associadas a Risco de Crédito (i)	(55.826)
Ajuste de <i>Stop Accrual</i> (ii)	5.178
Provisão para Perdas Esperadas - Outros Instrumentos Financeiros (i)	(1.202)
Reserva Reflexa de investimentos (iii)	(536)
Patrimônio Líquido 01/01/2025	5.050.790

- (i) Mensuração da provisão levando em consideração a perda esperada;
- (ii) Realinhamento dos novos parâmetros de *stop accrual*; e
- (iii) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos;
- (iv) O impacto tributário foi de R\$ 46.659 sobre os ajustes demonstrados no quadro, líquidos destes tributos.

5) Efeitos quanto aos aspectos fiscais

Em alinhamento à norma contábil, Resolução CMN nº 4.966/21, a Medida Provisória nº 1.128 foi convertida em Lei nº 14.467 em 17 de novembro de 2022, produzindo efeitos a partir de janeiro de 2025. Com a aproximação entre as normas (contábil e fiscal), o objetivo é reduzir as fragilidades resultantes dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, em especial às perdas incorridas.

A Lei nº 14.467/22 estabelece novo tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos de instituições financeiras, e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A nova metodologia leva em consideração o valor a ser deduzido para fins de cálculo do lucro real e da base da contribuição social sobre o lucro líquido, a aplicação de dois fatores – conforme estabelecido na Lei, sobre as operações de créditos com atraso superior a 90 dias. Desburocratizando assim, o critério anteriormente vigente, conforme a Lei nº 9.430/96.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2026
Em milhares de reais**

Outra questão importante trazida nesta publicação foi em relação aos créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, e que não tenham sido deduzidos ou recuperados até esta data. Este estoque ficará congelado a partir de Janeiro de 2025, podendo ser excluído do lucro na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos), ou 1/120 (um cento e vinte avos), para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

Os efeitos da aplicação da Lei nº 14.467/22 estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários e dos passivos fiscais diferidos, conforme demonstrado na Nota 19 (a).

6) Renegociação e Reestruturação

Os requisitos estabelecem que para apuração do valor contábil dos saldos de operações de reestruturação de ativos financeiros, o mesmo deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, a instituição deve reavaliar o instrumento, conforme as condições contratuais renegociadas.

Fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, no entanto a Instituição passou a aplicar os critérios de remensuração a partir de janeiro de 2026.

II - Resolução CMN nº 4.975/21 – aplicáveis às operações de arrendamento mercantil

A norma padronizou o tratamento contábil das operações de arrendamento mercantil, tanto na condição de arrendadora quanto arrendatária, adotou o CPC 06 que deve ser observado quanto ao reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. A adoção não trouxe impactos no resultado.

Resumo das Principais Práticas Contábeis

(a) Apuração do resultado

As receitas e os encargos de instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado, *pro rata temporis*, utilizando-se o método de juros efetivos (TJEO) para contratos iniciados a partir de 01.01.2025.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias. Estes ativos financeiros constituem pagamento somente de principal e juros e são classificados ao Custo Amortizado.

A composição dos depósitos bancários e outros investimentos registrados em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na (Nota 3).

(c) Instrumentos Financeiros

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Ativos financeiros

Os Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- **Custo Amortizado:** o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, mensurados inicialmente pela taxa efetiva de juros.

• **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. São mensurados pelo valor justo, mas os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos em outros resultados abrangentes, ou seja, no patrimônio líquido, e não afetam o resultado do período até a realização.

• **Valor Justo no Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima, mensurados a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos diretamente no resultado, com base em dados observáveis.

A classificação de ativos financeiros depende de:

- Os modelos de negócios para a gestão de ativos financeiros; e
- As características de seus fluxos de caixa (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Modelos de Negócios: O Modelo de Negócio do Banco Volkswagen S.A. reflete a forma como os ativos financeiros são geridos, o que engloba: i) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; ii) como os gestores do negócio são remunerados; iii) e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Não houve no período, reclassificação de instrumentos financeiros ou alteração no modelo de negócio.

Teste SPPJ: Para que ocorra a classificação contábil, é necessário aplicar o Teste SPPJ, para avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender a esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

Passivos Financeiros

Conforme previsto no Artigo 9º da Resolução CMN nº 4.966/2021, a Instituição deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como "valor justo por meio do resultado" ou designado como tal. Os passivos financeiros da Instituição foram classificados como custo amortizado, exceto os derivativos, os quais são classificados na categoria valor justo.

Taxa de Juros Efetiva (TJEO)

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. Para o cálculo da taxa de juros efetiva, são considerados as receitas e custos de origem vinculados aos instrumentos operacionalizados. Os ativos financeiros foram apropriados de forma linear, conforme suas vigências.

Ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado, referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, os ativos financeiros pela metodologia diferenciada linear e os passivos financeiros pela metodologia completa. As operações de créditos originadas até 31/12/2024, continuaram a ser reconhecidas pela taxa contratual, pela vigência dos respectivos contratos.

Ativos financeiro com problema de recuperação de crédito

A Instituição considera que um ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático”, quando ocorrer um atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; ou se houver algum indicativo e que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

As operações reestruturadas são aquelas que foram objeto de renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

A Instituição considera que o ativo financeiro deixará de ser problemático, se:

- Se virou problemático por atraso e tiver o atraso reduzido para menos de 90 dias
- Se observar a inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos
- Se observar a realização de no mínimo uma das parcelas do contrato renegociado

As operações serão baixadas para prejuízo, de acordo com o valor da exposição em *default* não recuperada dentro do prazo para reconhecimento da perda de 36 meses, definido por estudos da carteira realizados pela área de Risco de Crédito, reavaliado anualmente.

A Instituição realiza a avaliação contínua da expectativa de recuperação dos instrumentos financeiros registrados em seu ativo, com base em critérios que consideram o risco de crédito associado a cada operação, revista periodicamente, considerando atrasos na operação, renegociação de dívida, situações internos e externos de risco de crédito.

I - Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas e as demais aplicações são demonstradas pelo valor justo e classificadas ao Custo Amortizado.

Os valores foram demonstrados na (Nota 3), pois possuem prazo igual ou inferior a 90 dias.

II - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Títulos e valores mobiliários, são classificados de acordo com os Modelos de Negócios, bem como a avaliação dos fluxos de caixa contratuais (Teste SPPJ), em:

- Custo Amortizado – cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais.
- Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes – cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios.
- Valor Justo no Resultado – enquadram as operações em que os fluxos de caixa contratuais não atendem aos critérios de Somente Pagamento de Principal e Juros. A Instituição não possui os objetivos gerar retorno somente pela venda do ativo financeiro.

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, classificados ao Valor Justo no Resultado, considerando que:

- (i) destinados a “*hedge*” de risco de mercado: registradas no resultado do exercício; e
- (ii) destinados a “*hedge*” de fluxo de caixa: a valorização e/ou desvalorização da parcela efetiva do “*hedge*” são registradas em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2026
Em milhares de reais**

A composição dos valores registrados em Títulos e valores mobiliários é apresentada na (Nota 5 I) e os instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais, quanto em conta de compensação, está apresentada na (Nota 4).

III - Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificadas ao Custo Amortizado e registradas com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuado.

IV- Operações de crédito cedidas

De acordo com Resolução CMN nº 4.966/21, as operações de crédito cedidas, com retenção substancial dos riscos e benefícios, permanecem registradas no ativo. Os valores recebidos registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação.

V- Operações de arrendamento mercantil

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.975/21, a Instituição passou a reconhecer os contratos de arrendamento conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 06, Arrendamentos, alinhado ao IFRS 16. A norma entrou em vigor em 01.01.2025 e tem como objetivo aprimorar a transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras.

A composição dos valores é demonstrada na (Nota 5 III (d)).

VI- Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A metodologia de provisionamento de risco de crédito local da Instituição tem como objetivo cumprir com os requisitos e exigências legais obedecendo às normas de classificação de operações de crédito, definidas pelo Banco Central do Brasil, por meio da Resolução CMN nº 4.966/21. O provisionamento de risco de crédito deverá ser calculado mensalmente para toda a carteira de crédito.

A Resolução CMN nº 4.966/21 determina que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado sejam alocados em estágios. O modelo de perda de crédito esperada inclui a classificação dos ativos financeiros em três estágios:

- Estágio 1: refere-se a instrumentos financeiros que não apresentaram aumento significativo do risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial, e instrumentos que perderam os critérios para classificação em estágio 2 ou 3 (processo de cura). O *impairment* para esses ativos é calculado com base na probabilidade de inadimplência, líquida de recuperações, por parte do cliente ou contraparte acontecer nos 12 meses seguintes à data do balanço. A receita de juros é reconhecida integralmente neste estágio, seguindo o método da taxa efetiva de juros.
- Estágio 2: refere-se a instrumentos financeiros que apresentaram aumento significativo do risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial, mas que não foram originados com problemas de recuperação, e instrumentos que perderam os critérios para classificação em estágio 3 (processo de cura), ou seja, não apresentaram inadimplência. Nesse estágio a provisão é calculada levando em conta a probabilidade de inadimplência ao longo do prazo de vida do instrumento financeiro, uma vez que o ativo é considerado em risco de deterioração de crédito. A provisão é, portanto, calculada com base na perda esperada ao longo da vida do ativo. O *impairment* para esses ativos é calculado com base na estimativa de perdas por probabilidade de inadimplência, líquidas de recuperações, por parte do cliente ou contraparte acontecer ao longo da vida do instrumento financeiro. A receita de juros é reconhecida integralmente neste estágio, seguindo o método da taxa efetiva de juros.

• Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros, classificados como ativo problemático, que apresentaram problemas de recuperação de crédito, inclusive os que já foram originados nessa situação. O *impairment* para esses ativos é calculado com base na probabilidade de inadimplência perda esperada, líquida de recuperações, por parte do cliente ou contraparte acontecer ao longo da vida do instrumento financeiro. A receita de juros é reconhecida com base na exposição do cliente, líquida de *impairment*, também seguindo o método da taxa efetiva de juros, com interrupção do acumulo de juros (*stop accrual*) após 90 dias de atraso nos pagamentos do instrumento e mediante as demais regras de classificação em ativo problemático.

A provisão para perda esperada é dada pela multiplicação do saldo contábil dos ativos pelo valor da probabilidade de *default* (PD) e pelo valor da perda uma vez dado o *default* (*Loss Given Default* - LGD). Os valores de PD e LGD são obtidos pelos modelos estatísticos e premissas internas da instituição.

Para os ativos inadimplidos classificados no Estágio 3 é considerada a curva de LGD dada pela resolução BCB nº 352/23, aplicada de acordo com as respectivas classificações da carteira de crédito (C1 a C5).

Adicionalmente, a Instituição utiliza modelos de “*Forward Looking*” em conformidade com a determinação de inclusão de projeções macroeconômicas, a fim de sensibilizar o nível de perdas esperadas da carteira de crédito. Dado o nível de incerteza de projeções econômicas do tipo, é aconselhável que sejam considerados cenários de projeções de forma a contabilizar efeitos econômicos, políticos, sociais e naturais que possam, de forma esperada ou inesperada, afetar o cenário de crédito em que a instituição está inserida. A Instituição trabalha com 3 cenários macroeconômicos: realista, otimista e pessimista. Os dados que embasam as projeções são fornecidos por consultoria especializada, pela área de Tesouraria da Instituição ou outras fontes aprovadas pela administração da empresa. As fontes de informação são claramente documentadas sempre que há atualização das variáveis do modelo.

(e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os ativos fiscais diferidos de IRPJ e CSLL foram calculados e reconhecidos, na rubrica “Ativos fiscais diferidos”, sobre diferenças temporárias, principalmente de provisões para perdas de operações de crédito e para contingências. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela administração. O passivo tributário diferido, registrado na rubrica “Passivos fiscais diferidos” decorre, principalmente, da atualização de depósitos judiciais (tributados quando da realização) e da superveniência de depreciação.

A provisão para IRPJ foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para CSLL foi constituída à alíquota de 20%, vigente em 30 de junho de 2026. Desde 2015 a alíquota de CSLL foi alterada por lei, variando de 15% a 25%.

A Lei nº 14.467/22, incorpora mudanças nas regras de dedução das perdas ocorridas no recebimento de créditos provenientes das atividades das instituições financeiras. As alterações visam alinhar as normas tributárias e contábeis, com vistas a reduzir os desequilíbrios decorrentes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

A composição dos valores de IRPJ e CSLL, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentadas na (Nota 19).

(f) Investimentos em participação em controladas

A Instituição detém participação no capital do Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda. de 100% e avalia esse investimento pelo método de equivalência patrimonial.

Informações sobre a empresa controlada é demonstrada na (Nota 7).

(g) Imobilizado de uso e intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

(h) Outros ativos

Demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores de realização.

Os bens não de uso próprio, compostos basicamente por veículos recebidos em dação de pagamento são contabilizados, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização.

As despesas antecipadas referem-se, principalmente, a prêmios de seguro apropriados ao resultado de acordo com a vigência das apólices.

A composição de outros ativos está apresentada na (Nota 6).

(i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Com base em análise anual da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Instituição, exceto ativo fiscal diferido, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. No semestre findo em 30 de junho de 2026 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

(j) Depósitos e demais instrumentos financeiros

São constituídos pelos depósitos, obrigações por empréstimos e repasses, recursos de letras financeiras, instrumentos financeiros derivativos, outros passivos financeiros e dívidas subordinadas.

As obrigações por transferência de ativos com coobrigação estão classificadas na rubrica “Outros passivos financeiros” do balanço patrimonial.

Os depósitos e demais instrumentos financeiros são apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(k) Captações e emissões

São reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, e posteriormente mensurados a custo amortizado.

A composição dos papéis registrados em depósitos, captações no mercado aberto, bem como prazo e valores estão apresentados nas (Notas 10, 11, 12 e 13).

(l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

I – Ativos contingentes - os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando se tornam praticamente certos, a partir da existência de evidências que propiciem a perspectiva de sua realização;

II – Passivos contingentes - os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, indicando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos puderem ser mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão, nem divulgação;

III – Obrigações legais - são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(m) Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço.

Registrados contabilmente como resultados de exercícios futuros, representa, principalmente, o valor das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamento e arrendamento mercantil aos quais se referem.

A composição de outros passivos é apresentada na (Nota 16).

(n) Patrimônio líquido

I – Capital social

O capital social é integralmente composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

II – Reserva de lucros

A reserva de lucros é composta pelas seguintes contas:

- Subvenção de incentivos fiscais – refere-se à parcela do lucro líquido decorrente de subvenções para investimentos previstas em lei.
- Reserva legal – na forma da Lei nº 6.404/76, objetiva exclusivamente aumentar o capital social ou compensar prejuízos.
- Reserva especial de lucros – refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a destinação da reserva legal, e que pode ser utilizada para futuro aumento de capital social, absorção de prejuízos ou distribuição de dividendos.

III – Lucro por ação

A Instituição apresenta informações de lucro líquido por ação, o qual é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos seus acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício (Nota 18).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2026
Em milhares de reais**

IV – Dividendos e Juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Instituição provisionada e não antecipada ao longo do exercício é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

(o) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que está relacionado com as atividades atípicas da Instituição e não está previsto para ocorrer nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da Instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros, metodologia devidamente documentada em política interna da Instituição.

Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na (Nota 22 (g)).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.06.2026			31.12.2025		
	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Custo amortizado	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Custo amortizado
Total disponibilidades	33	-	33	546.384	-	546.384
Disponibilidades	33	-	33	546.384	-	546.384
Total Aplicações em Operações Compromissadas	3.754.999	(73)	3.754.926	3.464.996	(66)	3.464.930
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	1.014.894	(19)	1.014.875
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.800.000	(36)	1.799.964	2.450.102	(47)	2.450.055
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.954.999	(37)	1.954.962	-	-	-
Total aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	91.304	(1)	91.303
Pós-fixado DI	-	-	-	91.304	(1)	91.303
Total relações interfinanceiras	606.625	-	606.625	528.102	-	528.102
Relações com correspondentes no país	444	-	444	493	-	493
Depósitos vinculados ao banco Central	606.181	-	606.181	527.609	-	527.609
	4.361.657	(73)	4.361.584	4.630.786	(67)	4.630.719

As aplicações no mercado aberto referem-se a operações compromissadas de compra com compromisso de revenda. Essas operações e as aplicações em depósitos interfinanceiros, possuem prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias. Não houve alteração de categoria de mensuração.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição têm por propósito proteger os ativos e passivos próprios de riscos atrelados à variação cambial, taxa de juros, entre outros. Os Instrumentos são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos financeiros estão custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na B3 aplicáveis a operações com características e prazos similares e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2026
Em milhares de reais**

Em 30 de junho de 2026, a carteira de derivativos é demonstrada abaixo:

Tipo	Valor nocional	2026			
		30.06.2026			1º semestre
		Ativo	(Passivo)	Patrimônio líquido	Receita (Despesa)
Juros					
Contratos de <i>Swap</i> - Pré x DI	2.178.291	-	(2.535)	-	(9.376)
Cambial					
<i>Swap</i> de variação cambial - USD					
<i>hedge</i> de risco de mercado	278.500	-	(47.390)	-	(57.943)
<i>Swap</i> de variação cambial USD/EUR e taxa de juros					
<i>hedge</i> de fluxo de caixa	12.934.244	381.826	(299.239)	76.832	(58.358)
		381.826	(349.164)	76.832	(125.677)
Circulante		163.330	(322.451)		
Não circulante		218.496	(26.713)		
Tipo	Valor nocional	2025			
		31.12.2025			1º semestre
		Ativo	(Passivo)	Patrimônio líquido	Receita (Despesa)
Juros					
Contratos de <i>Swap</i> - Pré x DI	1.518.721	-	(1.139)	-	(878)
Cambial					
<i>Swap</i> de variação cambial - USD					
<i>hedge</i> de risco de mercado	562.000	-	(36.186)	-	(84.749)
<i>Swap</i> de variação cambial USD e taxa de juros					
<i>hedge</i> de fluxo de caixa	11.492.599	296.150	(185.385)	(25.132)	(110.538)
		296.150	(222.710)	(25.132)	(196.165)
Circulante		172.533	(160.701)		
Não circulante		123.617	(62.009)		

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2026
Em milhares de reais**

Hedge

A estratégia de *hedge* da Instituição visa proteger os fluxos das operações de captação em depósitos a prazo pós fixado, empréstimos no exterior e letras financeiras, referentes aos seus riscos de taxa de juros variável, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, assim como as políticas e os objetivos da gestão de risco, foram documentados no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor dos fluxos de caixas. As operações de *hedge* são classificadas como *hedge* de fluxo de caixa para proteger o fluxo de caixa futuro das captações efetuadas contra exposição à taxa de juros variável (DI) e *hedge* de risco de mercado para proteger da exposição à variação cambial do Dólar provenientes da contratação de empréstimos do exterior.

Em 30 de junho de 2026 o valor nocional é de R\$ 13.212.744 (31 de dezembro de 2025 - R\$ 12.054.599), com prazos de vencimentos entre 2026 até dezembro de 2028. Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado negativo com reflexo negativo no 1º semestre de 2026 de R\$ 116.301 (1º semestre de 2025 negativo - R\$ 195.287) e no resultado abrangente o hedge de fluxo de caixa gerou efeito positivo no 1º semestre de 2026 de R\$ 101.964 (1º semestre de 2025 negativo - R\$ 179.849) líquido dos efeitos tributários, com saldo em 30 de junho de 2026, apresentado no patrimônio líquido positivo de R\$ 76.832 (31 de dezembro de 2025 negativo - R\$ 25.132).

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02. Em 30 de junho de 2026, não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de *hedge*.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**I TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

A Instituição adquiriu quotas subordinadas, de fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC), constituídos sob a forma de condomínio fechado com prazos de duração de 5 anos contados a partir da data de emissão, administrados pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.. As cotas são valorizadas a valor justo por meio do resultado. Em 30 de junho, sua composição é a seguinte:

	30.06.2026		31.12.2025	
	Valor contábil	Ajuste ao valor justo no resultado	Valor contábil	Ajuste ao valor justo no resultado
Fundos de Investimentos				
FIDC Driver Six	259.350	259.350	23.727	23.727
FIDC Master Brasil I	455.519	455.519	406.939	406.939
Total	714.869	714.869	430.666	430.666
Circulante	714.869	714.869	430.666	430.666

A Instituição em agosto de 2025, lançou o Driver Master Brasil I Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Master Brasil I, administrado pelo Banco Bradesco S.A., nos mesmos critérios dos FIDC's anteriores (Nota 5 III (e)).

Títulos públicos federais	30.06.2026
Depósitos vinculados – circulante	105.058

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2026
Em milhares de reais**

Em 24 de junho de 2026, a Instituição efetuou um depósito vinculado ao aumento de capital (Nota 17) em Letras Financeiras do Tesouro no montante de R\$ 105.058.

Os títulos e valores mobiliários são mensurados pelo valor da quota do último dia útil, divulgado no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

II - INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR ESTÁGIO

(a) Instrumentos financeiros por estágio

						30.06.2026
Ativos financeiros	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Provisão	Líquido de Provisão
Aplicações em Operações Compromissadas	3.754.999	-	-	3.754.999	(73)	3.754.926
Títulos públicos federais	105.058	-	-	105.058	-	105.058
Relações interfinanceiras	606.625	-	-	606.625	-	606.625
Operações de crédito	40.341.259	4.604.551	4.142.997	49.088.807	(3.622.103)	45.466.704
Operações de arrendamento mercantil	86.816	5.350	17	92.183	(923)	91.260
Títulos e créditos a receber	4.781.662	10.003	-	4.791.665	(4.049)	4.787.616
	49.676.419	4.619.904	4.143.014	58.439.337	(3.627.148)	54.812.189

						31.12.2025
Ativos financeiros	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Provisão	Líquido de Provisão
Aplicações em Operações Compromissadas	3.556.300	-	-	3.556.300	(67)	3.556.233
Relações interfinanceiras	528.102	-	-	528.102	-	528.102
Operações de crédito	40.554.138	3.876.532	3.044.722	47.475.392	(2.754.981)	44.720.411
Operações de arrendamento mercantil	39.526	8.691	608	48.825	(859)	47.966
Títulos e créditos a receber	4.347.043	11.099	-	4.358.142	(4.544)	4.353.598
	49.025.109	3.896.322	3.045.330	55.966.761	(2.760.451)	53.206.310

III - OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E DEMAIS INSTRUMENTOS COM RISCO DE CRÉDITO

A Instituição classifica seus clientes de acordo com as seguintes segmentações:

- Pessoas físicas - toda operação com pessoa física, independentemente do valor total acordado.
- Pessoas jurídicas *retail* - clientes individuais ou grupos econômicos cujo saldo total de operações é menor que R\$10 milhões.
- Pessoas jurídicas *corporate* (Non-Dealers) - empresas individuais ou grupos econômicos compostos por companhias cujo saldo total de operações é maior ou igual a R\$10 milhões.
- Concessionárias (Dealers) – concessionárias de veículos individuais ou grupos econômicos parceiros de negócios do conglomerado financeiro.

Os segmentos de pessoas físicas e pessoas jurídicas *retail* constituem as operações de varejo da Instituição. Nas operações de varejo, o risco é tratado de forma massificada, sendo os *ratings* de riscos dados de forma generalizada através de modelos estatísticos. A contratação dos ativos dessa carteira também é realizada de forma massificada, através do motor de decisão automática e/ou análises manuais de crédito.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2026
Em milhares de reais**

(a) Carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	30.06.2026			31.12.2025		
	Saldo contábil bruto	Provisão para Perdas esperadas e incorridas	Custo amortizado	Saldo contábil bruto	Provisão para Perdas esperadas e incorridas	Custo amortizado
Operações de crédito	49.088.807	(3.622.103)	45.466.704	47.475.392	(2.754.981)	44.720.411
Operações de arrendamento mercantil financeiro	92.183	(923)	91.260	48.825	(859)	47.966
Outros créditos - títulos e créditos a receber	4.791.665	(4.049)	4.787.616	4.358.142	(4.544)	4.353.598
Total	53.972.655	(3.627.075)	50.345.580	51.882.359	(2.760.384)	49.121.975
Circulante	27.136.323	(808.897)	26.327.426	25.940.186	(687.313)	25.252.873
Não circulante	26.836.332	(2.818.178)	24.018.154	25.942.173	(2.073.071)	23.869.102

(b) Os saldos das Carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por prazo de vencimento, são demonstrados como segue, pelo saldo contábil bruto:

	30.06.2026						
	A vencer						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Vencidas a partir de 15 dias
Operações de crédito	2.484.099	4.078.783	6.517.513	9.780.560	21.159.974	3.760.192	1.307.686
Operações de arrendamento mercantil financeiro	4.509	7.687	11.397	20.650	46.474	829	637
Outros créditos - títulos e créditos a receber	1.584.408	1.697.430	1.509.827	-	-	-	-
	4.073.016	5.783.900	8.038.737	9.801.210	21.206.448	3.761.021	1.308.323
							53.972.655
	31.12.2025						
	A vencer						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Vencidas a partir de 15 dias
Operações de crédito	2.160.486	4.050.121	6.267.369	9.457.267	20.702.630	3.940.284	897.235
Operações de arrendamento mercantil financeiro	2.496	4.248	5.714	10.851	22.541	2.653	322
Outros créditos - títulos e créditos a receber	1.750.146	1.178.285	1.296.577	133.134	-	-	-
	3.913.128	5.232.654	7.569.660	9.601.252	20.725.171	3.942.937	897.557
							51.882.359

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2026
Em milhares de reais**

(c) Distribuição da carteira por ramo de atividade para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, pelo saldo contábil bruto:

	30.06.2026	31.12.2025
Pessoas físicas	31.881.760	27.977.055
Outros serviços	14.403.457	15.473.138
Comércio	4.643.104	5.002.925
Indústria	1.975.924	2.244.435
Rural	313.559	349.539
Habitação	635.023	717.121
Intermediário financeiro	119.828	118.146
	53.972.655	51.882.359

d) Carteira de arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamentos a receber possuem vencimentos até 2030 e os bens arrendados possuem compromissos para venda aos arrendatários ao término dos respectivos contratos no montante de R\$ 24.743 (2025 - R\$ 25.346), sendo que desse total R\$ 15.304 (2025 - R\$ 16.860) foram recebidos antecipadamente. Os contratos de arrendamento mercantil possuem cláusulas de opção de compra e podem ser pactuados com cláusulas de correção monetária postecipado. As operações de arrendamento mercantil financeiro, estão classificadas a valor presente no montante de R\$ 92.183 (2025 - R\$ 48.825).

(e) Operações de crédito vinculadas a cessão

A Instituição realizou cessões de crédito na modalidade "CDC" para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição detém a totalidade das quotas subordinadas (Nota 5). Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas na categoria "com retenção substancial de risco e benefícios" e, portanto, o ativo cedido foi registrado em rubrica no balanço patrimonial em "Operações de crédito" e o passivo registrado como "Outros passivos financeiros", tanto ativo quanto o passivo, são mensurados ao custo amortizado. Os valores presentes à época e o valor da posição atual são:

i) Valor presente à época

	Data início	Ativo	Passivo
FIDC Master Brasil I (i)	2025	2.353.679	2.290.490
FIDC Master Brasil I (i)	2026	731.912	731.010
FIDC VI	2026	2.285.082	2.196.964
		5.370.673	5.218.464

(i) Administrado pelo Banco Bradesco S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2026
Em milhares de reais**

ii) Saldo contábil

	Ativo		Passivo	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
FIDC Master Brasil I (i)	1.896.133	1.862.354	1.884.756	1.822.192
FIDC VI	1.725.683	-	1.773.365	-
	3.621.816	1.862.354	3.658.121	1.822.192
Circulante	2.031.155	1.038.233	1.788.789	885.749
Não circulante	1.590.661	824.121	1.869.332	936.443

(ii) Administrado pelo Banco Bradesco S.A.

(f) Saldo e movimentação da carteira e provisão para perdas esperadas e incorridas de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

i) Composição da provisão para perdas esperadas por classe de estágio

	30.06.2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de crédito	(532.393)	(430.058)	(2.659.652)	(3.622.103)
Operações de arrendamento mercantil financeiro	(580)	(336)	(7)	(923)
Outros créditos - títulos e créditos a receber	(3.794)	(255)	-	(4.049)
	(536.767)	(430.649)	(2.659.659)	(3.627.075)
	31.12.2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de crédito	(547.292)	(341.989)	(1.865.700)	(2.754.981)
Operações de arrendamento mercantil financeiro	(214)	(432)	(213)	(859)
Outros créditos - títulos e créditos a receber	(4.271)	(273)	-	(4.544)
	(551.777)	(342.694)	(1.865.913)	(2.760.384)

ii) Movimentação da Carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos por classe de estágio

	30.06.2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo Inicial 01/01/2026	44.940.707	3.896.322	3.045.330	51.882.359
Transferência para:				
Estágio 1	-	(512.592)	(20.433)	(533.025)
Estágio 2	(2.547.923)	-	(32.156)	(2.580.079)
Estágio 3	(851.741)	(663.534)	-	(1.515.275)
Transferência de:				
Estágio 2 e 3	533.025	-	-	533.025
Estágio 1 e 3	-	2.580.079	-	2.580.079
Estágio 1 e 2	-	-	1.515.275	1.515.275
Aquisição / Liquidação	3.135.669	(680.371)	(310.140)	2.145.158
Write-off	-	-	(54.862)	(54.862)
Saldo Final 30/06/2026	45.209.737	4.619.904	4.143.014	53.972.655

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2026
Em milhares de reais

				31.12.2025
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo Inicial 01/01/2025	40.976.454	3.948.647	1.742.100	46.667.201
Transferência para:				
Estágio 1	-	(589.593)	(34.210)	(623.803)
Estágio 2	(2.187.231)	-	(45.405)	(2.232.636)
Estágio 3	(863.250)	(545.767)	-	(1.409.017)
Transferência de:				
Estágio 2 e 3	623.803	-	-	623.803
Estágio 1 e 3	-	2.232.636	-	2.232.636
Estágio 1 e 2	-	-	1.409.017	1.409.017
Aquisição / Liquidação	6.390.931	(1.149.601)	85.311	5.326.548
Write-off	-	-	(111.483)	(111.483)
Saldo Final 31/12/2025	44.940.707	3.896.322	3.045.330	51.882.359

iii) Movimentação da provisão para perdas esperadas e incorridas de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos por classe de estágio

				30.06.2026
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo Inicial 01/01/2026	(551.777)	(342.694)	(1.865.913)	(2.760.384)
Transferência para:				
Estágio 1	-	12.853	634	13.487
Estágio 2	251.703	-	3.314	255.017
Estágio 3	336.819	306.290	-	643.109
Transferência de:				
Estágio 2 e 3	(13.487)	-	-	(13.487)
Estágio 1 e 3	-	(255.017)	-	(255.017)
Estágio 1 e 2	-	-	(643.109)	(643.109)
Constituição / Reversão	(560.025)	(152.081)	(209.445)	(921.551)
Write-off	-	-	54.860	54.860
Saldo Final 30/06/2026	(536.767)	(430.649)	(2.659.659)	(3.627.075)

				30.06.2025
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo Inicial 01/01/2025	(590.831)	(429.354)	(812.788)	(1.832.973)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2026
Em milhares de reais

Transferência para:

Estágio 1	-	37.567	9.341	46.908
Estágio 2	284.812	-	4.928	289.740
Estágio 3	183.568	225.277	-	408.845

Transferência de:

Estágio 2 e 3	(46.908)	-	-	(46.908)
Estágio 1 e 3	-	(289.740)	-	(289.740)
Estágio 1 e 2	-	-	(408.846)	(408.846)
Constituição / Reversão	(382.554)	(87.382)	(237.574)	(707.510)
Write-off	-	-	80.581	80.581
Saldo Final 30/06/2025	<u>(551.913)</u>	<u>(543.632)</u>	<u>(1.364.358)</u>	<u>(2.459.903)</u>

No 1º semestre de 2026, foram registrados valores recuperados referentes a operação de crédito, no montante de R\$ 141.890 (1º semestre de 2025 - R\$ 152.235). No mesmo período, foram renegociados créditos no montante de R\$ 564.605 (1º semestre de 2025 - R\$ 537.677). O saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução do CMN nº 4.966/21, em 30 de junho de 2026 é de R\$ 3.030.561 (Em 31 de dezembro de 2025 - R\$ 2.715.646), dos quais 47% (2025 – 46%) correspondem a ativos reestruturados.

6. OUTROS ATIVOS

	30.06.2026	31.12.2025
Devedores por depósitos e bloqueios judiciais (Nota 15 (a))	1.165.853	1.096.068
Devedores diversos – país trânsito	608.505	289.213
Impostos e contribuições a compensar	710.461	690.499
Outros valores e bens	441.213	394.946
Despesas antecipadas	11.298	12.207
Despesas de provisão de risco de crédito de perdas esperadas	(3.218)	(3.053)
Total	<u>2.934.112</u>	<u>2.479.880</u>
Circulante	<u>1.545.728</u>	<u>1.137.421</u>
Não circulante	<u>1.388.384</u>	<u>1.342.459</u>

7. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÃO EM COLIGADAS E CONTROLADAS

Informações sobre a investida:	Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.	
	30.06.2026	31.12.2025
Número de quotas	300.006.232	300.006.232
Participação no capital	100,00%	100,00%
Lucro líquido nos semestres	34.376	30.656
Patrimônio líquido	687.591	653.215
Resultado de participação em controlada	34.376	30.656
Investimento	687.591	653.215

8. IMOBILIZADO DE USO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens e referem-se a instalações, móveis e equipamentos de uso. O saldo no semestre findo em 30 de junho de 2026 é de R\$ 7.122 (Em 31 de dezembro de 2025 - R\$ 7.057), sendo aquisições em 30 de junho de 2026 é de R\$ 1.350 (Em 31 de dezembro de 2025 - R\$ 3.257), depreciação em 30 de junho de 2026 é de R\$ (1.281) (Em 31 de dezembro de 2025 - R\$ 2.550) e baixas em 30 de junho de 2026 é de R\$ (4) (Em 31 de dezembro de 2025 não houve baixas no semestre).

9. INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear com base em taxas anuais e referem-se a softwares e custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente. O saldo no semestre findo em 30 de junho é de R\$ 63.012 (Em 31 de dezembro de 2025 - R\$ 52.301), sendo aquisições em 30 de junho de 2026 é de R\$ 15.347 (Em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 22.777), amortização em 30 de junho de 2026 é de R\$ (4.636) (Em 31 de dezembro de 2025 - R\$ 8.294) e baixas em 30 de junho de 2026 não houve baixas no semestre (Em 31 de dezembro de 2025 - R\$ 96).

10. RECURSOS DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Os recursos de Instituição Financeira, referem-se a um total de R\$ 12.873.620 (Em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 11.462.179), mensurados ao custo amortizado, sendo segregados por:

- Depósitos interfinanceiros custodiados na B3, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 100,00% a 107,60% do DI (2025 - 100,00% a 107,60% do DI), com o respectivo fluxo de vencimento;
- Obrigações por recursos obtidos para repasses junto à Agência Especial de Financiamento Industrial ("FINAME"), basicamente indexados a TJLP e TJLP SELIC, e;
- Obrigações com Empréstimos no Exterior em Dólar e Euro, a taxas de juros prefixadas de até 7,12% ao ano, com prazo de vencimento em até 3 anos (2025 - 7,12% ao ano, com prazo de vencimento em até 3 anos).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2026
Em milhares de reais**

	30.06.2026			
	Depósitos interfinanceiros	Obrigações por repasse - FINAME	Empréstimos no Exterior	Total
Até 90 dias	3.050.391	47.767	275.146	3.373.304
De 91 a 365 dias	5.954.393	103.669	1.235.013	7.293.075
De 1 a 3 anos	1.560.419	129.264	510.296	2.199.979
Acima de 3 anos	-	7.262	-	7.262
Total	10.565.203	287.962	2.020.455	12.873.620
Circulante	9.004.784	151.436	1.510.159	10.666.379
Não circulante	1.560.419	136.526	510.296	2.207.241

	31.12.2025			
	Depósitos interfinanceiros	Obrigações por repasse - FINAME	Empréstimos no Exterior	Total
Até 90 dias	2.773.848	55.380	-	2.829.228
De 91 a 365 dias	5.300.868	141.779	1.142.922	6.585.569
De 1 a 3 anos	1.136.568	182.095	713.489	2.032.152
Acima de 3 anos	-	15.230	-	15.230
Total	9.211.284	394.484	1.856.411	11.462.179
Circulante	8.074.716	197.159	1.142.922	9.414.797
Não circulante	1.136.568	197.325	713.489	2.047.382

11. RECURSOS DE CLIENTES

Os recursos de clientes, referem-se a depósitos a prazo, emitidos pela Instituição, mantidos sob custódia própria e por operações custodiados na B3, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 98,0% a 110,5% do DI (2025 - 98,0% a 111,8% do DI).

Os depósitos a prazo são mensurados ao custo amortizado e, em 30 de junho de 2026, o saldo é composto como segue:

	30.06.2026	31.12.2025
Até 90 dias	4.252.553	4.054.162
De 91 a 365 dias	10.686.649	13.219.196
De 1 a 3 anos	4.498.059	4.385.218
Acima de 3 anos	6.985	10.059
Total	19.444.246	21.668.635
Circulante	14.939.202	17.273.358
Não circulante	4.505.044	4.395.277

12. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se a obrigações representadas por letras financeiras emitidas pela Instituição, custodiadas na B3, com vencimento até dezembro de 2028, indexadas a taxas pós-fixadas que variam de 100,0% a 104,0% do DI (2025 - 100,0% a 103,6% do DI), mensurados ao custo amortizado.

	30.06.2026	31.12.2025
Até 90 dias	1.928.578	1.241.694
De 91 a 365 dias	3.731.503	4.916.042
De 1 a 3 anos	9.874.079	8.708.106
Acima de 3 anos	38.365	-
Total	15.572.525	14.865.842
Circulante	5.660.081	6.157.736
Não circulante	9.912.444	8.708.106

13. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

Referem-se a notas de negociação de letras financeiras sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, custodiadas na B3, mensurados ao custo amortizado. Em 30 de junho de 2026, são compostas como segue:

		30.06.2026		31.12.2025
Prazo até o vencimento	Valor original da operação	Saldo	Valor original da operação	Saldo
Até 1 ano	550.026	1.152.961	604.705	1.307.953
Acima de 5 anos	698.400	732.064	598.500	665.666
Total	1.248.426	1.885.025	1.203.205	1.973.619

Todas as operações são remuneradas a taxas prefixadas que variam de 0,8% a 9,2% ao ano (2025 - 0,9% a 9,3% ao ano).

Os instrumentos de dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.958/21 devem ser destacados em conta distinta, na rubrica “instrumentos de dívidas elegíveis a capital”. Em 30 de junho, o montante referente a esses passivos é de R\$ 1.885.025 (2025 - R\$ 1.973.619). As demais operações são registradas em “Instrumentos de dívida não elegíveis a capital”.

O valor utilizado como Nível II (Nota 22 (b)) do patrimônio de referência da Instituição, após reduções aplicáveis de acordo com o prazo de vencimento das operações, é de R\$ 732.064 (2025 - R\$ 665.666).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2026
Em milhares de reais**

14. PROVISÕES

A composição das Provisões classificadas no Passivo não Circulante é demonstrada abaixo:

	30.06.2026	31.12.2025
Provisão para contingências e obrigações legais (Nota 15)	1.120.467	1.076.543
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 22 (i))	117	109
Não circulante	1.120.584	1.076.652

15. PROVISÕES – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

- (a) Em 30 de junho de 2026, a Instituição apresentava os seguintes passivos relacionados a provisão para contingências e obrigações legais, e correspondentes depósitos e bloqueios judiciais:

(b)

	30.06.2026		31.12.2025	
	Provisão para contingências e obrigações legais	Depósitos e bloqueios judiciais	Provisão para contingências e obrigações legais	Depósitos e bloqueios judiciais
Reclamações trabalhistas (Nota 15 (c))	22.622	13.152	21.998	11.343
Reclamações cíveis (Nota 15 (c))	124.320	75.838	119.168	45.923
Riscos fiscais (Nota 15 (c))	32.534	42.111	28.645	40.032
Obrigações legais (Nota 15 (c))	940.991	1.034.752	906.732	998.770
Total	1.120.467	1.165.853	1.076.543	1.096.068
Circulante	-	33.649	-	-
Não circulante	1.120.467	1.132.204	1.076.543	1.096.068

- (b) A movimentação da provisão para contingências e obrigações legais é demonstrada a seguir:

	Provisão para contingências e obrigações legais		
	2026	2025	
	1º semestre	1º semestre	Exercício
Saldo inicial	1.076.543	1.199.661	1.199.661
Constituição (ii)	36.161	32.930	86.922
Reversão (ii)	(12.645)	(45.803)	(134.320)
Baixa (i)	(21.283)	(98.214)	(142.324)
Atualização monetária (ii)	41.691	32.360	66.604
Saldo final	1.120.467	1.120.934	1.076.543

(i) Refere-se, principalmente a baixa de obrigações legais, da discussão quanto a incidência de IRPJ e CSLL sobre as receitas de atualização monetária de Ativos.

(ii) A movimentação da constituição, reversão e atualização monetária do 1º semestre de 2026, foi registrado na rubrica reversão/(despesas) de provisão da Demonstração de Resultado, no montante de R\$ 65.207 (1º semestre de 2025 - R\$ 19.487).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2026
Em milhares de reais**

A Administração da Instituição avalia as possibilidades de perdas, ajustando a provisão para contingências conforme requerido. Em 30 de junho, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas a processos judiciais de ordens trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento. Baseada na opinião de seus advogados, a administração mantém registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face a perdas decorrentes do desfecho destes processos.

(c) A natureza das provisões para contingências e obrigações legais pode ser resumida como segue:

Reclamações trabalhistas – envolvem pedidos de diferenças salariais, enquadramento na categoria de bancário/financeiro, pagamentos de horas extras, adicional de periculosidade, diferenças na participação nos lucros e resultados e os mais variados temas referentes ao contrato de trabalho, provisionadas com base na expectativa de êxito e valor discutido em cada ação judicial. As provisões consideram o risco da ação desde a sua fase inicial, através da análise das teses discutidas e das situações fáticas de cada caso.

Reclamações cíveis – as principais ações estão relacionadas a reclamações de clientes, órgãos e entidades diversas de defesa do consumidor, nas quais pleiteiam a revisão das cláusulas contratuais consideradas por eles abusivas nas operações de financiamento, provisionadas considerando a expectativa de êxito e histórico de perdas da Instituição.

Riscos fiscais – referem-se, principalmente, à discussão quanto a cobrança de ISS sobre as operações de arrendamento mercantil financeiro de veículos no Município de São Paulo, no total de R\$ 462 (2025 - R\$ 447); a ação de consignação em pagamento de ISS, no total de R\$ 8.876 (2025 - R\$ 8.550) e por fim, à discussão de cobrança de IPVA de veículos de contratos de arrendamento mercantil, no valor de R\$ 11.092 (2025 - R\$ 10.709).

Obrigações legais – referem-se, principalmente, à discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL paga pelas instituições financeiras de 9% para 15% e, posteriormente, de 15% para 20% que somam o montante de R\$ 895.818 (2025 - R\$ 863.739) e à discussão quanto a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo de PIS, totalizando o montante de R\$ 36.392 (2025 - R\$ 35.409).

(d) Passivos contingentes, classificados como perdas possíveis não provisionados:

A Instituição tem ações de natureza tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	30.06.2026	31.12.2025
Tributárias		
IOF (i)	999.497	973.710
IRPJ/CSLL (ii)	338.995	328.670
ISS (iii)	440.380	434.500
Outros	393.915	434.594
	2.172.787	2.171.474
Cíveis		
Ações revisionais	31.505	45.246
	31.505	45.246

(i) Discussão acerca da incidência de IOF sobre o ingresso de valores em 2007, decorrente de reorganização societária do Grupo.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2026
Em milhares de reais**

(ii) Discussão de IRPJ/CSLL e respectivas multas referente à amortização de ágio dos períodos de 2008 a 2012, decorrente da incorporação da Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil pelo Banco Volkswagen S.A.
(iii) Discussão junto ao município de São Paulo acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido (VRG) e sobre os lucros na alienação de operações de arrendamento mercantil.

16. OUTROS PASSIVOS

	30.06.2026	31.12.2025
Impostos e contribuições a pagar	28.971	26.018
Resultado de exercícios futuros (i)	155.647	277.428
Contas a pagar	289.387	277.063
Contratos de financiamentos a pagar	206.846	142.409
Recebimentos em trânsito a processar	98.587	81.112
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	23.958	22.446
Outros	38.750	40.320
Total	842.146	866.796
Circulante	699.840	618.754
Não circulante	142.306	248.042

(i) Refere-se aos valores correspondentes a taxas subsidiadas aplicáveis a contratos formalizados até 2024, cuja apropriação contábil está diferida ao longo do prazo contratual.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**(a) Capital Social**

O capital social, totalmente subscrito, integralizado e aprovado pelo BACEN é representado por 312.956.418 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 24 de junho de 2026, foi deliberado o aumento de capital, subscrito e integralizado em moeda corrente nacional no montante de R\$ 100.000, sem a emissão de novas ações, aprovado pelo Banco Central do Brasil em 07 de agosto de 2026.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 10 de dezembro de 2025, foi deliberado o aumento de capital, subscrito e integralizado em moeda corrente nacional no montante de R\$ 298.225, sem a emissão de novas ações, aprovado pelo Banco Central do Brasil em 26 de dezembro de 2025.

18. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro líquido por ação atribuído aos acionistas da Instituição para o semestre findo em 30 de junho de 2026:

	30.06.2026	30.06.2025
Numerador		
Lucro/(Prejuízo) líquido do semestre	(116.200)	223.435
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	312.956	312.956
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação	(0,37)	0,71

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2026
Em milhares de reais**

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os ativos e passivos fiscais diferidos foram constituídos pela aplicação das alíquotas de IRPJ e de CSLL sobre suas respectivas bases. A Instituição utilizou a alíquota de IRPJ (25%) vigente, e a alíquota de CSLL (20%). O saldo dos ativos fiscais diferidos é de R\$ 1.695.628 (2025 - R\$ 1.698.762) relacionados principalmente a provisões e perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 1.539.958 (2025 - R\$ 1.417.420) e contingências no montante de R\$ 85.227 (2025 - R\$ 83.766). O saldo dos passivos fiscais diferidos é de R\$ 199.815 (2025 - R\$ 146.730) e referem-se principalmente a atualização de depósitos judiciais R\$ 120.604 (2025 - R\$ 103.242), superveniência de depreciação R\$ 15.866 (2025 - R\$ 15.730), e ajuste a valor de mercado sobre hedge de fluxo de caixa R\$ 63.344 (2025 - R\$ 27.757), com prazo de realização até 2036.

(a) Ativos fiscais diferidos - período de realização

	2026	2027	2028	2029	De 2030 a 2036	Total
Imposto de renda e contribuição social	103.505	242.289	541.312	164.443	644.079	1.695.628

O valor presente dos créditos tributários no semestre totaliza R\$ 1.261.600 (2025 - R\$ 1.118.699) descontados à taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários.

(b) Movimentação dos ativos fiscais diferidos e dos passivos fiscais diferidos

	Ativos fiscais diferidos			Passivos tributários diferidos		
	2026		2025	2026		2025
	1º semestre	1º semestre	Exercício	1º semestre	1º semestre	Exercício
Saldo inicial	1.698.762	1.842.608	1.842.608	146.730	335.162	335.162
Constituição	156.099	2.794.787	374.859	95.024	19.012	37.924
Realização	(159.233)	(2.909.260)	(518.705)	(41.939)	(158.574)	(226.356)
Saldo final	1.695.628	1.728.135	1.698.762	199.815	195.600	146.730

De acordo com a Resolução BCB nº 2/20, os saldos dos créditos tributários de 30 de junho de 2026, foram classificados no Balanço Patrimonial, em ativo não circulante.

(c) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	30.06.2026	30.06.2025
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(136.585)	427.475
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	61.463	(192.364)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Adições (exclusões) permanentes	(18.582)	(15.856)
Equivalência patrimonial (Nota 7)	15.469	13.795
Efeito permanente Perdas Incorridas - Limite Lei 14.467	(37.870)	(8.691)
Outros	(95)	(924)
Imposto de renda e contribuição social no semestre	20.385	(204.040)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(6.879)	(36.290)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	27.264	(167.750)

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	30.06.2025
Volkswagen Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(130.940)	(120.524)	(8.928)	(4.025)
Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.				
Depósitos a prazo	(397.095)	(430.191)	(26.568)	(30.513)
Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.				
Depósitos a prazo	(8.689)	(53.393)	(4.428)	(4.590)
Volkswagen Administradora de Negócios Ltda.				
Depósitos a prazo	(7.645)	(7.512)	(1.022)	(1.025)
Simple Way Locações e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(6.515)	(709.242)	(11.366)	(2.023)
Volkswagen Participações Ltda.				
Depósitos a prazo	(13.743)	(66.472)	(3.198)	(3.113)
Outras despesas administrativas	(31.903)	(34.988)	(169.813)	(147.609)
Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.				
Depósitos a prazo	(4.127.458)	(7.008.735)	(186.044)	(165.624)
Letras financeiras subordinadas	(1.152.961)	(1.307.953)	-	(63.813)
Contas a receber – valores a ressarcir	245.153	146.346	350.378	339.732
Arrendamento mercantil financeiro	17	138	15	49

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2026
Em milhares de reais**

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Volkswagen Truck & Bus Indústria e Comércio de Veículos Ltda				
Depósitos a prazo	(25.029)	(23.187)	(1.617)	(134.830)
Contas a receber – valores a ressarcir	-	10	20.590	33.850
Contas a receber	-	2.726	-	1.104
MAN Energy Solutions Brasil e Equipamentos e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(6.128)	-	(140)	(370)
AUDI Brasil Distribuidora de Veículos Ltda.				
Depósitos a prazo	(816.617)	(1.002.507)	(63.001)	(56.947)
Contas a receber – valores a ressarcir	2.439	-	2.797	3.647
Volkswagen Financial Services AG				
Contas a pagar	-	-	(10.200)	(8.831)
Volkswagen Bank GmbH				
Contas a pagar	-	-	(41)	(5.354)
VW Software Asset Management GmbH				
Contas a pagar	-	-	(4.588)	(1.221)
Volkswagen AG				
Contas a pagar	-	-	(1.635)	(2.790)
Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda				
Contas a receber – valores a ressarcir	-	-	1.795	646
LM Transportes Interestaduais Serviços e Comércio S.A. (i)				
Depósitos a prazo	(2.081.899)	(1.011.097)	(64.159)	(81.673)
Títulos e créditos a receber	726.666	733.109	53.076	18.335

Banco Volkswagen S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2026
Em milhares de reais

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Porsche Brasil Importadora de Veículos Ltda				
Depósitos a prazo	(30.032)	(510.318)	(21.153)	(3.942)
Contas a receber – valores a ressarcir	-	-	-	42
São Bernardo Administração de Créditos Ltda				
Depósitos a prazo	(10.437)	(9.914)	(676)	(573)
Banco Traton Brasil S.A.				
Contas a receber	-	-	-	198.607
Scania Latin América Ltda.				
Depósitos a prazo	-	-	(3.452)	(988)
Volkswagem Finance Overseas B.V.				
Empréstimo no exterior	-	(703.675)	3.241	(11.033)
Contas a pagar	-	-	-	(95)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Instituição, ou seja, os diretores estatutários.

A remuneração proporcional dos serviços prestados à Instituição no período corresponde a:

	30.06.2026	30.06.2025
Benefícios de curto prazo	10.670	8.869
Benefícios pós-emprego	2.355	1.554
Outros benefícios de longo prazo	1.586	888
	<u>14.611</u>	<u>11.311</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2026
Em milhares de reais**

21. VALOR JUSTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

(a) Comparativo do valor contábil e valor justo

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	30.06.2026		31.12.2025	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	4.361.584	4.361.584	4.630.719	4.630.719
Ativos financeiros ao valor justo (i)	819.927	819.927	430.666	430.666
Instrumentos financeiros derivativos (i)	381.826	381.826	296.150	296.150
Operações de crédito e arrendamento mercantil	45.557.964	46.189.281	44.768.377	45.270.272
Outros ativos financeiros	940.614	940.614	683.163	683.163
Total de ativos financeiros	52.061.915	52.693.232	50.809.075	51.310.970
Recursos de instituição financeira (ii)	12.873.620	12.873.620	11.462.179	11.462.179
Recursos de clientes (iii)	19.444.246	19.444.246	21.668.635	21.668.635
Recursos de aceites e emissão de títulos (iii)	15.572.525	15.572.525	14.865.842	14.865.842
Instrumentos financeiros derivativos (i)	349.164	349.164	222.710	222.710
Dívidas subordinadas (iv)	1.885.025	1.920.959	1.973.619	1.999.883
Outros passivos financeiros (v)	768.928	768.928	796.292	796.292
Total de passivos financeiros	50.893.508	50.929.442	50.989.277	51.015.541

(i) Para operações a taxa pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo. Para operações a taxa pré-fixada, o valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual de juros praticada pela Instituição em operações similares.

(ii) Recursos de instituições financeiras referem-se a:

- Depósitos interfinanceiros, indexadas a taxas pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo.
- Financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), na modalidade FINAME, indexadas à TJLP, bem como captação de empréstimos no mercado, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.

(iii) Referem-se a operações de depósitos a prazo e recursos de aceite e emissão de títulos, indexadas a taxas pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

(iv) O valor contábil das dívidas subordinadas é baseado em taxas contratuais, as quais foram definidas por estudos macroeconômicos para a determinação de taxas fixas de juros para operações de longo prazo. O valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual para operações similares.

(v) Referem-se principalmente a operações de transferência de ativos financeiros sem desreconhecimento, pós-fixadas, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.

(b) Hierarquia do valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, a Instituição utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2026
Em milhares de reais**

Nível 3: dados não observáveis para ativos ou passivos.

A tabela a seguir apresenta a composição da hierarquia dos instrumentos financeiros da Instituição, mensurados ao valor justo:

	30.06.2026			
	Valor Justo(i)	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo	819.927	819.927	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	381.826	-	381.826	-
Total de ativos financeiros	1.201.753	819.927	381.826	-
Instrumentos financeiros derivativos	349.164	-	349.164	-
Total de passivos financeiros	349.164	-	349.164	-

	31.12.2025			
	Valor Justo(i)	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo	430.666	430.666	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	296.150	-	296.150	-
Total de ativos financeiros	726.816	430.666	296.150	-
Instrumentos financeiros derivativos	222.710	-	222.710	-
Total de passivos financeiros	222.710	-	222.710	-

(i) Para operações a taxa pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Em atendimento à Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição possui uma estrutura de Gerenciamento de Riscos e uma de Gerenciamento de Capital, compatíveis com a natureza de suas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos aos seus clientes.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital foram constituídas em unidades independentes das áreas de negócios e da auditoria interna, e são subordinadas às Diretorias de Risco e de Back Office, respectivamente:

(i) Risco de Crédito – Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do descumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como da deterioração da qualidade de crédito, da redução de ganhos esperados ou da desvalorização de exposições associadas ao risco de crédito.

A Instituição mantém estrutura de gerenciamento de risco de crédito compatível com a natureza e complexidade de suas operações, baseada em políticas, procedimentos e limites aprovados pela Alta Administração. O processo compreende a análise e aprovação das operações, o monitoramento contínuo da carteira, a avaliação periódica da qualidade de crédito, a gestão de garantias e a identificação tempestiva de fatores de risco que possam impactar o desempenho dos ativos e o nível esperado de perdas;

(ii) Risco Operacional – define-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Visando a mitigação e o controle, foram estabelecidas metodologias, políticas e procedimentos internos para identificação e monitoramento do risco operacional, além da disseminação da cultura de gerenciamento de riscos. A Instituição captura e registra as perdas operacionais em banco de dados, apoia a definição e captura os eventos de risco operacional para acompanhamento dos níveis de risco aceitáveis, avalia e monitora os riscos decorrentes de serviços terceirizados relevantes, estabelece um plano de contingência que assegure a continuidade das atividades críticas, contemplando testes e revisões periódicas;

(iii) Risco de Taxa de Juros – Risco de Taxa de Juros: define-se como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros em relação aos instrumentos mantidos na carteira bancária e nos resultados da instituição, além de promover efeitos no gerenciamento de capital. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco de taxa de juros é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(iv) Risco de Liquidez – define-se como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido a seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(v) Risco Social, ambiental e climático – define-se o risco social como a possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.

Define-se o risco ambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

Define-se o risco climático, em suas vertentes de risco de transição e de risco físico:

I - Risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e

II - Risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, buscando prover condições para o tratamento adequado dos riscos sociais, ambientais e climáticas dentro do escopo definido.

(vi) Gerenciamento de Capital – a Instituição possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. As decisões sobre políticas e estratégias para gestão do capital e seu monitoramento são realizadas em comitês gerenciais, cabendo ao Comitê de Riscos juntamente com a Diretoria o papel de supervisão para assegurar que o nível de capital aprovado e requerido está sendo seguido. O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo da Instituição. Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital estão disponíveis no site: <https://www.vwfs.com.br/volkswagen-financial-services/relacionamento-investidor/gestao-de-risco.html>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2026
Em milhares de reais**

(b) Gestão de capital

A gestão de capital é baseada em informações do Conglomerado Prudencial, que, conforme definido pela Resolução do CMN nº 4.950/21, inclui Banco Volkswagen S.A., a instituição líder, Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda, e fundos de investimentos em direitos creditórios – nos quais a Instituição assume substancialmente os riscos e benefícios.

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pela administração por meio de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Acordo de Basileia, na forma implementada pelo CMN e BACEN, para fins de supervisão. As informações exigidas são mensalmente submetidas ao órgão competente. O Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial está dividido em dois níveis:

(a) Nível I: composto pelo capital principal, apurado a partir do capital social, reserva de lucros, lucros acumulados do período (apresentados como “Patrimônio líquido” no quadro abaixo), e ajustes prudenciais referentes a saldos de ativos intangíveis constituídos a partir de 1º de outubro de 2013, créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias após regras descritas no art. 4º da Resolução do CMN nº 4.955/21.

(b) Nível II: composto por dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.955/21 e também aquelas aprovadas pelo BACEN de acordo com a norma anterior.

Os ativos ponderados pelo risco são determinados de acordo com a natureza de cada ativo e sua contrapartida, além de refletir uma estimativa de riscos de crédito, mercado e outros riscos associados. Um tratamento similar é adotado para exposição não registrada contabilmente, com alguns ajustes efetuados para refletir a natureza mais contingente das perdas potenciais.

O risco operacional foi calculado pelo método da abordagem padronizada alternativa.

Evolução do Patrimônio de Referência mínimo requerido para o Conglomerado Prudencial:

	30.06.2026	31.12.2025
Total do patrimônio de referência - PR ⁽¹⁾	5.932.407	5.918.014
Nível I	5.200.343	5.252.348
Capital principal	5.200.343	5.252.348
Patrimônio líquido	5.251.134	5.265.370
Ajustes prudenciais	(79.573)	(56.195)
Ajustes negativos de perdas esperadas	28.782	43.173
Nível II	732.064	665.666
Instrumentos de dívida subordinada	732.064	665.666
Ativos ponderados pelo risco - RWA	46.831.483	45.718.200
Risco de crédito por abordagem padronizada - RWAcpad ⁽²⁾	43.362.234	42.888.863
Ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte - RWAcpva ⁽³⁾	156.456	117.232
Risco operacional por abordagem padronizada alternativa - RWAopad ⁽⁴⁾	3.312.793	2.712.105
Índice de Basileia - Total	12,67%	12,94%
Capital nível I	11,10%	11,49%
Capital principal	11,10%	11,49%

(1) Conforme Resolução do CMN nº 4.955/21;

(2) Conforme Resolução BACEN nº 229/22;

(3) Conforme Resolução BACEN nº 291/23.

(4) Conforme Circular BACEN nº 356/23.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2026
Em milhares de reais**

O índice de Basileia no Brasil é definido pela relação mínima de 10,5% entre o total do PR e os ativos ponderados pelo risco (RWA), de 7,0% entre o capital principal e o RWA, e de 8,5% entre o nível I do PR e o RWA.

O índice de Basileia, em 30 de junho de 2026, é 12,67% (2025 - 12,94%) e os índices de Capital Principal e Nível I são de 11,10% (2025 – 11,49%).

Em 24 de junho de 2025, foi deliberado aumento de capital, no montante de R\$ 100.000 (cem milhões) (Nota 18), aprovado pelo BACEN em 07 de agosto de 2026, passando a ser considerado nos índices após sua aprovação, caso tivesse sido aprovado em 30 de junho de 2026, o índice de Basileia seria de 12,88% e os índices de Capital Principal e Nível I seria de 11,32%.

(c) Receitas e despesas de juros

	30.06.2026	30.06.2025
Total Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	60.512	3.083
Aplicações em fundos de investimento	60.512	3.083
Total Mensurados ao Custo Amortizado	4.994.248	4.406.252
Operações de crédito	4.235.710	3.983.733
Operações de crédito - receitas e despesas de originação	237.512	46.458
Outros créditos - títulos e créditos a receber	323.234	229.970
Aplicações em certificados de depósitos bancários	173.344	42.579
Relações interfinanceiras	24.448	103.512
Total Demais	7.060	4.290
Operações de arrendamento mercantil	7.060	4.290
Receitas de juros e rendimentos similares de ativos financeiros	5.061.820	4.413.625
	30.06.2026	30.06.2025
Total Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	(125.677)	(196.165)
Instrumentos financeiros derivativos	(125.677)	(196.165)
Total Mensurados ao Custo Amortizado	(3.215.628)	(2.601.965)
Depósitos a prazo	(1.198.366)	(1.165.260)
Empréstimos e repasses (i)	38.438	115.772
Dívidas subordinadas	(98.783)	(87.570)
Recursos de letras financeiras	(1.063.936)	(930.893)
Captações no mercado	(641.152)	(526.520)
Operações de venda de ativos financeiros	(251.829)	(7.494)
Total Demais	(10.953)	(11.288)
Outras	(10.953)	(11.288)
Despesas de juros e encargos similares de passivos financeiros	(3.352.258)	(2.809.418)

(i) Inclui receita de variação cambial sobre as operações de empréstimos no exterior no montante de R\$ 3.152 (2025 - R\$ 195.622).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2026
Em milhares de reais**

(d) Outras despesas administrativas

	30.06.2026	30.06.2025
Despesas com serviços especializados	(234.380)	(205.234)
Despesas com registro de contrato	(90.053)	(56.981)
Despesas com publicidade	(3.591)	(4.005)
Despesas com depreciação e amortização	(5.917)	(5.449)
Despesas de comunicação e manutenção	(3.328)	(2.480)
Outras despesas administrativas	(10.943)	(8.673)
	(348.212)	(282.822)

(e) Outras receitas operacionais

	30.06.2026	30.06.2025
Recuperação de encargos e despesas (i)	104.597	81.248
Variação monetária ativa	73.564	63.017
Reversão de provisões (ii)	3.467	3.876
Transferência de operações para Banco Traton (iii)	-	198.607
Outras receitas operacionais	9.243	23.229
	190.871	369.977

(i) Refere-se, principalmente, a atualização de depósitos judiciais

(ii) Refere-se, a reversão de processos fiscais.

(iii) Refere-se a valor relacionado a transferência de operações de veículos do segmento de caminhões e ônibus ao Banco Traton do Brasil S.A.

(f) Outras despesas operacionais

	30.06.2026	30.06.2025
Despesas com descontos concedidos	(152.278)	(62.361)
Despesas com comissões e bonificações com vendas (i)	(228.954)	(176.038)
Despesas com busca e apreensão	(215.456)	(190.383)
Despesas com provisões operacionais (ii)	(2.460)	(4.511)
Outras despesas operacionais	(61.713)	(65.271)
	(660.861)	(498.564)

(i) Referem-se, principalmente, às despesas com comissões, bonificações e prêmios por performance.

(ii) Referem-se, principalmente, às despesas com provisões para outros passivos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2026
Em milhares de reais**

(g) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/20, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes de despesas, o qual não se espera que ocorram em exercícios futuros, do semestre findo em 30 de junho de 2026. Detalhamos abaixo:

	30.06.2026	30.06.2025
Resultado recorrente	(116.200)	24.828
Resultado não recorrente	-	198.607
Transferência de operações para Banco Traton (Nota 22 (e))	-	198.607
Lucro/(Prejuízo) líquido do semestre	(116.200)	223.435

(h) Rendas de tarifas bancárias

Referem-se, principalmente, às tarifas de confecção de cadastro, apropriadas ao resultado quando da efetivação das operações.

(i) Avais e fianças

Referem-se à carta de fiança bancária emitida pela Instituição, com a finalidade de garantir débitos discutidos nos processos judiciais. O saldo em 30 de junho de 2026 totaliza R\$ 15.446 (31 de dezembro 2025 - R\$ 14.456), cuja provisão é de R\$ 117 (2025 - R\$ 109), em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.966/21.

(j) Reforma Tributária sobre o Consumo – Impactos Atuais e Potenciais

A Reforma Tributária sobre o Consumo foi instituída pela Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, devidamente regulamentada pela Lei nº 214/2025 e Lei nº 227/2026.

Esta fase inicial se volta mais para a tributação sobre o consumo e seu principal efeito é a unificação de cinco tributos – ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS – e a criação de novos tributos denominados CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). Além disso, será criado o IS (Imposto Seletivo), que incidirá sobre bens e serviços que sejam nocivos à saúde e ao meio ambiente, de modo a onerar o preço e desestimular o consumo.

Os serviços financeiros estão sujeitos ao Regime Específico da CBS e IBS previsto na legislação da Reforma Tributária sobre o Consumo. A incidência efetiva da CBS e do IBS sobre os serviços financeiros terá início em 1º de janeiro de 2027, considerando a alíquota inicial de 10,85% (2027 e 2028), atingindo a 12,50% em 20233 observado o cronograma do período de transição.

(i) Expectativas de Aplicação aos Tributos Vigentes

A Administração entende que, com base nas informações disponíveis até o momento:

A CBS deverá substituir o PIS e a Cofins incidentes sobre determinadas receitas e custos operacionais;

O IBS não incidirá diretamente sobre a atividade-fim bancária, podendo, contudo, impactar serviços contratados, especialmente aqueles hoje sujeitos ao ISS;

O Imposto Seletivo não deve ser aplicável às atividades financeiras típicas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2026
Em milhares de reais**

(ii) Impactos Contábeis Observados até a Data da Divulgação

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos relevantes já mensuráveis sobre:

- resultado do semestre;
- ativos e passivos tributários correntes;
- ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

(iii) Potenciais Impactos Futuros

Com base nas discussões legislativas e normativas em andamento, os principais impactos potenciais para a Instituição podem envolver:

a) Resultado e Margens

Alterações na carga tributária efetiva incidente sobre receitas acessórias e serviços;

Redução ou eliminação de benefícios fiscais atualmente existentes no regime de PIS/Cofins;

Possível recuperabilidade parcial de créditos tributários, dependente de regulamentação complementar da CBS.

b) Custos Operacionais

Aumento dos custos de serviços contratados (tecnologia, terceirização e serviços administrativos) em razão da substituição do ISS pelo IBS;

Necessidade de revisão contratual com fornecedores para adequação ao novo tratamento tributário.

c) Sistemas, Processos e Controles

Adequações sistêmicas em módulos fiscais, contábeis e de faturamento para apuração da CBS e do IBS;

Reforço nos controles internos para atendimento às novas obrigações acessórias;

Possível aumento de custos de conformidade e consultoria durante o período de transição.

d) Ao Setor Financeiro em geral:

Sistema de não cumulatividade plena;

Tributação por atividade;

Não tributação das receitas financeiras e crédito do spread;

Tributação no destino;

Durante o período de transição: neutralidade da carga tributária para as empresas financeiras;

DIRETORIA

RODRIGO OTÁVIO ROCHA CAPURUÇO
Diretor - CEO

MARIANA PAMPLONA PASCHOAL
Diretor - CFO

LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
Diretor

MURILO AZEVEDO BRUNO
Diretor

CONTADOR

LEONARDO BUCSAN EMRICH
Contador - CRC MG-088837/O-0 T-SP

*

*

*

BANCO VOLKSWAGEN S.A.
C.N.P.J.M.F. nº 59.109.165/0001-49
N.I.R.E. nº 35.300.060.091

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
RELATIVO AO SEMESTRE FINDO EM 30.06.2026**

Foi aprovada, na Assembleia Geral Extraordinária do Banco Volkswagen S.A. ("Banco Volkswagen") realizada em 27.03.2009, a constituição do Comitê de Auditoria do Banco Volkswagen. A autoridade deste Comitê de Auditoria abrange o Conglomerado Prudencial, que engloba, para fins desse relatório, a instituição líder Banco Volkswagen e sua controlada Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda. ("CNVW"), composto e funcionando em atendimento à Resolução nº 4910/2021, do Conselho Monetário Nacional, e a Resolução nº 130/2021, do Banco Central do Brasil.

Nos termos do Estatuto Social do Banco Volkswagen, o Comitê de Auditoria é composto, atualmente, por 03 (três) membros, devidamente qualificados nos atos que os elegeram: Srs. Luis Fabiano Alves Penteado, eleito como Presidente; Carlos Augusto da Silva, eleito como Membro Qualificado, e; Sra. Luciana Ibiapina Lira Aguiar, eleita como membro; todos na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2025, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2027.

Atuando com independência e em consonância com as disposições do Estatuto Social do Banco Volkswagen, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria aprovado pela Diretoria, e da regulamentação aplicável, o Comitê de Auditoria tem como principais atribuições: (i) avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos e do gerenciamento de riscos e recomendar correções ou aprimoramentos dentro do âmbito de suas atribuições; (ii) avaliar os trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias Interna e Independente, quanto a efetividade e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, incluindo a qualificação e a independência; (iii) avaliar o cumprimento, pela administração, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos; e (iv) revisar, previamente à divulgação ou à publicação, as demonstrações financeiras, notas explicativas, relatório da administração e o relatório do Auditor Independente do Banco Volkswagen e do CNVW.

As avaliações do Comitê de Auditoria foram baseadas, primordialmente, nas informações fornecidas pelas diversas Diretorias e no resultado dos trabalhos das Auditorias Interna e Independente, além de iniciativas tomadas em relação a outros procedimentos, quando entendidos como necessários.

A Administração é responsável pelas políticas, processos e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen e do CNVW e na originação das informações utilizadas em sua elaboração. A Administração é também responsável pelas políticas, processos e procedimentos de controles internos que assegurem o adequado controle e monitoramento dos riscos do Banco Volkswagen e do CNVW e pela conformidade de suas atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna atua de forma independente na realização de trabalhos de avaliação e de consultoria sobre (i) a efetividade e a eficiência dos sistemas e processos de controles internos, de gerenciamento de riscos e de governança corporativa, (ii) a confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais, (iii) o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, às recomendações dos organismos reguladores e aos códigos de conduta internos, (iv) a salvaguarda dos ativos e as atividades relacionadas à função financeira da instituição, (v) as atividades, os sistemas e os processos recomendados ou determinados pelo Banco Central do Brasil, e (vi) a estrutura de gerenciamento de riscos e à estrutura de gerenciamento de capital.

A Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. é (EY) responsável pela auditoria independente das demonstrações contábeis e emissão de opiniões sobre a sua adequação, em todos os aspectos relevantes, em relação à posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen e do CNVW, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sendo também de sua responsabilidade assegurar as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial. Avalia, também, como resultado de seus trabalhos, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares. A EY emitiu, em 28.08.2026, seu relatório de auditoria sobre as Demonstrações Financeiras do Banco Volkswagen relativas a 30.06.2026, sem ressalvas.

O planejamento anual de trabalhos do Comitê de Auditoria é realizado no início de cada semestre e exercício, considerando as demandas regulamentares e os assuntos que possam impactar as Demonstrações Financeiras, a gestão de riscos e a gestão de controles internos, sendo revisado periodicamente conforme a execução de suas atividades.

Dentre as atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2026, destacam-se: (i) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, incluindo notas explicativas, relatório da Administração e relatório da Auditoria Independente; (ii) zelar pela atuação, independência e qualidade das Auditorias Interna e Independente, inclusive quanto à definição e consecução de seus planos de trabalhos e à verificação do cumprimento de dispositivos legais, regulamentares e internos aplicáveis ao Banco Volkswagen e ao CNVW, além de regulamentos e políticas internas; (iii) acompanhar as providências tomadas para atendimento às recomendações decorrentes dos trabalhos do Auditor Independente, do Auditor Interno, bem como aquelas oriundas dos órgãos reguladores; (iv) avaliar os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) da Auditoria Independente; (v) zelar pela efetividade dos sistemas de gestão de riscos e de controles internos; (vi) realizar reuniões com executivos das áreas de Gestão de Riscos, Jurídico, Tributário, Compliance & Controles Internos, Tecnologia da Informação, Sustentabilidade & Relações Governamentais e Contabilidade com o objetivo de zelar pela qualidade e efetividade de assuntos como gestão integrada de riscos, política de responsabilidade social, ambiental e climática, capital regulatório, operações com partes relacionadas, alterações regulatórias e normativas, cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares, inspeções e observações de órgãos reguladores, avaliação de controles internos, conduta, segurança cibernética, contingências e efetividade da prevenção a lavagem de dinheiro; e (vii) emitir o presente Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, referente às atividades desenvolvidas relativas à mesma data-base e demais atividades pertinentes a este fórum.

Durante o desenvolvimento de suas atividades o Comitê de Auditoria formulou, sempre que julgou necessário, recomendações à Administração com objetivo de robustecer o ambiente de controles internos.

A política de independência e os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Independente no semestre findo em 30 de junho de 2026 também foram avaliados pelo Comitê de Auditoria, que constatou não haver evidências ou fatos que possam prejudicar sua atuação, sua opinião sobre a integridade das Demonstrações Financeiras e a postura independente de suas ações.

As atividades da Auditoria Interna foram acompanhadas pelo Comitê de Auditoria por meio de reuniões periódicas e da aprovação e da execução de seu plano anual e do acompanhamento de suas principais conclusões, relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2026, que constatou que os trabalhos produzidos pela Auditoria Interna têm respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria para formar sua opinião sobre os riscos e controles da organização.

No decorrer de suas atividades, o Comitê de Auditoria não tomou conhecimento sobre fraudes, descumprimento de regulamentos, e nem sobre falhas de controles internos e contábeis que pudessem colocar em risco a continuidade do Banco Volkswagen e do CNVW.

Por todo o exposto, conclui o Comitê de Auditoria que: (i) os sistemas de gestão de riscos e controles internos são compatíveis com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o apetite de risco e o modelo de negócio do Banco Volkswagen e do CNVW, não tendo sido detectadas deficiências relevantes que possam impactar sua efetividade; (ii) os trabalhos realizados pelas Auditorias Interna e Independente do Banco Volkswagen e do CNVW são satisfatórios, possuem qualidade e independência; e (iii) as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen relativas ao semestre

findo em 30 de junho de 2026 encontram-se em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Não houve divergência entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria.

Em vista dos resultados dos trabalhos e avaliações que desenvolveu e com base no relatório da Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações decorrentes do contexto e alcance de sua atuação, recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

São Paulo, 28 de agosto de 2026.

Comitê de Auditoria

Luis Fabiano Alves Penteado – Presidente

Carlos Augusto da Silva – Membro Qualificado

Luciana Ibiapina Lira Aguiar – Membro